



Exmo(s). Sr(s).

DIRECAO GERAL DO TERRITORIO

R ARTILHARIA UM, 107

1099 052 LISBOA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Local de emissão
		OF/4852/2022/DIAm/DRAPC OT/65/2022/DIAm/DRAPC	Castelo Branco

Assunto: PCGT - ID 5 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM) - 09/06/2022 - emissão de parecer.

No âmbito da participação da DRAPC nos trabalhos de acompanhamento do procedimento PCGT - ID 5 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM), foram analisados os seguintes documentos, provenientes da PCGT:

“RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO - 2ª Fase 2021/0005, 4 de março de 2022”;  
“RELATÓRIO DO PROGRAMA - 3.ª Fase 2021/005, 4 de março de 2022”;  
“SUMÁRIO EXECUTIVO” - 3ª Fase de 2021/005, de 29 de abril de 2022”.

Após a análise dos documentos suprarreferidos tecem-se as seguintes considerações:

A revisão do PNPOT publicada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, identifica a vulnerabilidade dos territórios de floresta e o reconhecimento e valorização do seu capital natural, como ativos estratégicos para o desenvolvimento das áreas rurais. Neste contexto são aprovados e publicados o Programa de Transformação da Paisagem (PTP - Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho) e o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP - Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho) que estabelecem um conjunto de medidas programáticas e um quadro de instrumentos jurídicos para definir, planejar, programar e gerir os territórios florestais vulneráveis, atendendo à sua organização espacial. Uma dessas medidas corresponde aos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) que devem constituir-se como referenciais de uma nova economia dos territórios rurais, promovendo uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços, a partir dos ecossistemas. É neste enquadramento legal que surge o PRGP da Serra da Malcata (SM) cuja determinação de elaboração foi efetuada pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março.

O PRGP SM está articulado com a designada Unidade Homogénea em que se insere Figura 1. Neste esquema encontra-se ilustrada essa relação, bem como o desenvolvimento do Programa nas várias componentes que o constituem, nomeadamente nas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e nas Operação Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a elas associadas.

Na resposta indicar sempre a nossa referência

X

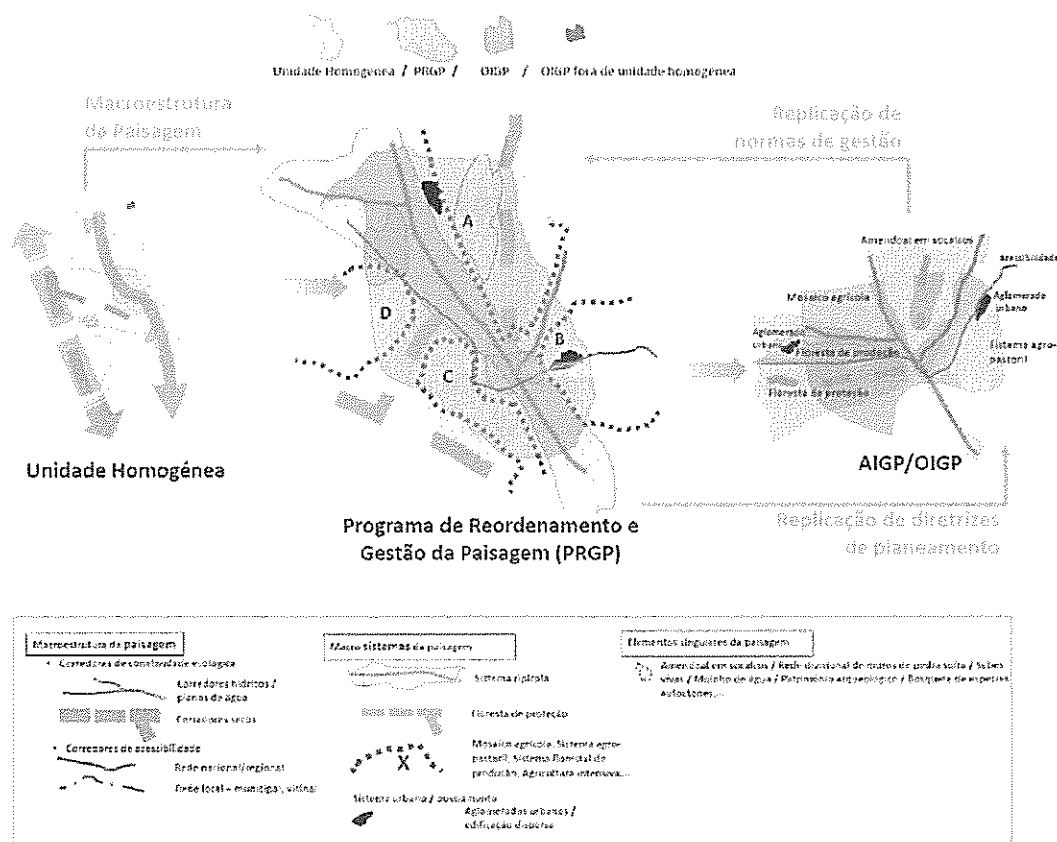


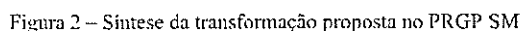
Figura 1 - Organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP  
Fonte: Adaptado de DGT (2021)

- A transformação espacial da paisagem na área do PRGP SM (57.308,5ha) concretiza-se através da reconversão e ou da gestão de áreas, partindo dos Estratos de Referência da Paisagem Atual (ERPA) com base na aptidão biofísica, no aproveitamento do solo, na valorização dos serviços dos ecossistemas, no regime do fogo, na sustentabilidade associada às dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural.

A transformação proposta incide sobre 71% da área de intervenção.

As áreas correspondentes à classificação COS 2018 de Territórios artificializados (1); Agricultura (2); Pastagem (3); Florestas de eucalipto (5.1.1.5); Espaços descobertos ou com pouca vegetação (7) e Massas de água superficiais (9) que não se encontrem classificados nos Regimes de Gestão do Fogo, são classificadas como “não objeto de transformação” e correspondem a 29% da área de intervenção. Isto é, não são propostas transformações para estas classes de ocupação.

Também no caso dos territórios artificializados e massas de água superficiais e espaços descobertos (essencialmente afloramentos rochosos) se justifica a não intervenção. No caso da Agricultura e Pastagem, estes espaços estruturam a paisagem com áreas abertas e de mosaico, tendo uma lógica económica de manutenção a qual não é alterada pelo PRGP SM. No caso das áreas de eucaliptal, que ocupam 309 ha (0,54 % da área de intervenção) quase totalmente localizadas em zonas de regular ou boa aptidão produtiva, optou-se pela não intervenção.



Alteração de ocupação ou gestão	Área (ha)	% na área com alteração de ocupação ou gestão
<b>Alteração de ocupação</b>	3.999,2	9,6%
Conversão de áreas de pinheiro bravo (baixa aptidão produtiva) para sobreiro	2.841,6	7,0%
Conversão de áreas de pinheiro bravo (baixa aptidão produtiva) para SAF de sobreiro	1.157,6	2,8%
<b>Regimes de Transição</b>	---	---
Regime Silvopastoril (RSP)	14.649,0	36,0%
Regime de Manutenção do Mosaico (RMM)	9.764,0	24,0%
Gestão do Habitat do Corço (GHC)	28.908,0	71,1%
Gestão do Habitat do Coelho-bravo (GCC)	24.432,0	60,1%
Gestão do Fogo (RGF)	4.661,0	11,5%

- Relativamente à produção florestal numa superfície total de 45.144,1ha, com uma ocupação cultural (COS 2018) de 25.682,6ha de Povoamentos florestais (56,9%), 15.716,2 de Matos (34,8%), 3.704,2ha Pastagens



(8,2%) e 485,5ha de Sistemas agroflorestais (1,1%), a espécie florestal identificada que apresenta maior Valor da Produção é o pinheiro-bravo com aptidão produtiva regular (8.492€/ha).

- No que se refere à gestão do regime de fogo e para o cumprimento dos dois fundamentais objetivos definidos: aumentar a resiliência das comunidades vegetais e povoamentos florestais e aumentar a capacidade de supressão dos meios empenhados no combate, as cinco estratégias complementares previstas e que permitirão gerir a acumulação de combustíveis e alterar substancialmente o comportamento potencial do fogo à escala da paisagem consideram-se adequadas, entre as quais se refere a “Constituição de mosaicos de gestão de combustível de promoção de regimes de uso silvo pastoril”.

- Em torno dos principais temas considerados na proposta do PRGP SM (Florestas; Sistemas agro-silvo-pastoris; Valorização dos ecossistemas naturais; Turismo, recreio e património; e Gestão de fogos rurais) também o conjunto de ações previstas e associadas a cada um dos cinco temas, se consideram perfeitamente ajustadas e consistentes.

- Também as principais estruturas (de suporte físico do território), sistemas (vários tipos de usos e ocupações do solo) e elementos singulares (valores reconhecíveis como únicos ou com carácter particular de determinada região ou local) que refletem as características fundamentais da paisagem em presença foram detalhadamente apresentadas e integradas na composição dos grandes mosaicos onde se desenvolvem os usos e que são orientadores das estratégias a concretizar.

- Na área de intervenção do PRGP SM existe a AIGP “Terras do Lince - Malcata” foi proposta a criação de duas AIGP, com uma área aproximada de 3.000ha, a integrar na UGP2 e na UGP3, figura 3:

Na UGP2, a AIGP proposta localiza-se na zona dos vales da ribeira de Caria ou do Casteleiro, excluindo as áreas integradas no Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira.

Na UGP3, a AIGP a constituir poderá localizar-se nas zonas envolventes aos aglomerados de Pega e Adão, abrangendo as bacias hidrográficas da ribeira do Boi e/ou da ribeira do Seixo. É nesta área que está enquadrada uma maior diversidade de ocupações e características (área de pinheiro-bravo, áreas de *Quercus pirenaica*, área de matos sobre granito, sistemas agroflorestais) que poderão englobar intervenções de transformação da paisagem no âmbito das AIGP.

Estas AIGP constituirão áreas de teste para a aplicação das orientações estratégicas e das ações práticas estabelecidas no presente Programa, em virtude das especificidades territoriais das UGP.



O financiamento das ações propostas no PRGP SM tem como fontes o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Ambiental (FA) e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Quadro 2 - Custo por tipologia de intervenção por ha de área de intervenção e por ha.ano no horizonte do PRGP SM

- O Programa de Execução e Governança que decorre da Matriz de Transição e Valorização e operacionaliza a implementação do PRGP SM, identificando as Áreas e Ações Prioritárias para a transformação da paisagem,



a médio e longo prazo, incluindo o respetivo faseamento, o modelo organizacional e as possíveis fontes de financiamento;

Assim o Programa de Execução e Governança estabelece a programação da transformação no horizonte temporal de 10 anos, discriminando as ações previstas, respetiva estimativa de investimento, os atores chave envolvidos e as fontes de financiamento.

A programação da execução tem em conta a necessidade de dar contributos para a avaliação prevista ser efetuada, de 4 em 4 anos.

O Programa de Execução e Governança é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Programa de Execução e Governança

Ação	Calendarização (anos)										Estimativa do investimento	Atores chave	Fonte de financiamento	Estado da ação	Monitorização
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10					
TEMA - Áreas integradas de Gestão da Paisagem															
AIOP Terras do Lince-Malcata (constituição)	Definição da OIGP	Operacionalização da OIGP									Destinado e atribuído para a constituição do AIOP	Entidade gestora e proprietários, Autarquias, DGT e ICNF	Fundo Ambiental	Iniciado	Fórum Intersectorial
AIOP 1 (a constituir)	Constituição da AIOP	Definição de OIGP	Operacionalização da OIGP							A definir	A iniciar				
AIOP 2 (a constituir)															
TEMA - Transição segundo a ocupação do solo **															
Matos	Montagem do sistema de incentivos	Operacionalização da transição									€ 13 472 282,00	Proprietários, Autarquias, DGT, ICNF, AGIF, ZIF, Zonas de Caça, ONGA's	FEADER, Fundo Ambiental, PRR	A iniciar	Fórum Intersectorial
Pinheiro-bravo											€ 22 050 418,00				
Outros carvalhos											€ 13 674 052,00				
Faixas de Gestão de Combustível (***)															
Outras resinosas											€ 831 844,00				
Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível											€ 1 392 949,00				
Sistemas agro-florestais											€ 647 441,00				
Outras folhosas											€ 1 369 892,00				
											€ 53 325 848,00				
Ação	Calendarização (anos)										Estimativa do investimento	Atores chave	Fonte de financiamento	Estado da ação	Monitorização
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10					
TEMA - Temas e ações relevantes no Desenho da Paisagem Proposta **															
Definidas no ponto 3.3 da Parte II do Relatório do Programa	Montagem do sistema de incentivos	Operacionalização das ações									A definir	Proprietários, Autarquias, DGT, ICNF, APA, AGIF, DRAP, DGADR, ERT Centro, DGPC, ZIF, Zonas de Caça, ONGA's	FEADER, Fundo Ambiental, PRR	A iniciar	Fórum Intersectorial

Notas:

\* Pontos de atuação nos anos 4 e 8 para inclusão nos REDT

\*\* Ver capítulo específico no presente documento

\*\*\* Financiamento noutro programa

- A implementação do PRGP SM será acompanhada desde o início pela definição e operacionalização de um programa de avaliação e monitorização que possibilite a avaliação dos resultados alcançados, face aos objetivos definidos, no horizonte temporal de 10 anos.

Assim no que se refere ao “RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO – 2ª Fase 2021/0005; 4 de março” e dada a complementação com alguns dos elementos propostos pela DRAPC no anterior parecer (OF/142/2022/DIAM), desta forma a DRAPC emite Parecer Favorável sobre o documento em causa.



Relativamente aos documentos “SUMÁRIO EXECUTIVO” - 3ª Fase de 2021/005, de 29 de abril de 2022 e “RELATÓRIO DO PROGRAMA - 3ª Fase 2021/005, 4 de março de 2022”, no que se refere, aos conteúdos apresentados nestes documentos, considera-se que a proposta de programa se apresenta bem documentada e estruturada em termos do reordenamento e gestão da paisagem, para o alcance dos objetivos estabelecidos através das intervenções e ações planeadas, assim a DRAPC emite parecer favorável aos documentos em causa.

Por outro lado, dada a complexidade duma intervenção integrada na paisagem, quer no que se refere aos temas (florestas, sistemas agro-silvo-pastoris, valorização dos serviços dos ecossistemas...), ações a implementar, multiplicidade de fontes de financiamento (FEADER, PRR, FA,...) e apoios técnicos especializados que deverão suportar o alcance desta ambiciosa mudança a operar no território, considera-se que o programa de execução e governança carece de melhor concretização para uma mais eficiente e eficaz operacionalização do PRGP SM. Assim, entende-se que deveria também ser proposto um desenho de estrutura multidisciplinar (entidades e serviços em concreto) de apoio às entidades locais gestoras já criadas ou a criar, para a necessária articulação de todos os intervenientes na implementação das ações.

Assim, relativamente aos documentos suprarreferidos, a DRAPC emite Parecer Favorável, com uma forte recomendação de incorporação de um plano de operacionalização e articulação mais detalhado.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional

(Fernando Carlos Alves Martins)

Ângela Pinto Correia

Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar,  
Rural e Licenciamento.

GR / GR



